

Reportagem

Por *Susana Janota*

Combater um fenómeno tão complexo e transversal, associado à diferença e ao medo do desconhecido, passará sempre por derrubar muros e construir pontes

DISCRIMINAÇÃO

Escolha de
Júlia Pinheiro

A close-up photograph of a hand reaching out, palm facing forward, against a bright, hazy background. The hand is dark, and the fingers are spread. In the background, a crowd of people is visible, and a large, bright light source creates a strong glow. The overall mood is one of reaching out or seeking help.

Poderá pensar-se que Portugal é, de uma forma geral, um País que não discrimina, mas o ato de discriminar assume formas muitas vezes invisíveis e violadoras da dignidade humana. Afinal, onde começa e como pode terminar esta infração que a todos diz respeito?

“É mais forte o que nos une do que aquilo que nos separa”, já dizia Rui Veloso numa das suas canções mais conhecidas, “Primeiro Beijo”.

E se houvesse mais beijos, abraços, pontes em vez de muros, compreensão, conhecimento e compaixão, o Mundo onde todos vivemos poderia ser diferente e talvez nem fizesse sentido haver artigos como este. Mas por enquanto, ainda há uma viagem a percorrer onde se espera que, aos poucos, os discriminados possam embarcar no voo onde deixem de ser alvo de atitudes que os colocam à margem.

Violação à dignidade humana

“Discriminação é qualquer ato que implique fazer distinção ou tratar de forma diferente, comparativamente a um padrão maioritário ou dominante. Do ponto de vista sociológico, representa uma violação à dignidade humana. No limite, todas as pessoas podem ser vítimas (e agentes) de preconceitos discriminatórios, conforme o contexto em que se encontrem”. É assim que Ana Cristina Santos, socióloga e investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, explica o conceito base.

Já o Princípio da Igualdade estabelecido na Constituição da República Portuguesa de 1976, no seu artigo 13.º, dá conta de que “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social”. Uma premissa que faz com que o ato de discriminar seja punido pela Lei, quer através de contra-ordenações, como de processos-crime.

E se pensarmos em discriminação na sua forma variada ao longo da História, percebemos que esta sempre lhe foi inerente. Será então que se pode afirmar que a discriminação faz parte da essência dos povos?

“Tal não faz parte da essência humana, pois se conhecemos casos de discriminação entre pessoas e grupos diferentes, também podemos aduzir inúmeros exemplos de amizade, entreajuda, convivência, solidariedade entre territórios, classes, géneros, raças e etnias”, defende Manuel Carlos Silva, professor, sociólogo e investigador.

Nesta matéria, como em todas as interações, há sempre pontos de vista diferentes, que podem fazer refletir sobre como começa a discriminação. “A origem não está na diferença, mas sim no preconceito e na ignorância. As pessoas ciganas são discriminadas porque existe racismo na sociedade portuguesa, por exemplo”, diz Ana Cristina Santos.

Podemos utilizar um polvo para metaforicamente, através dos seus tentáculos, representar as diversas formas como a discriminação se expressa e se distingue num todo. Neste caso são dez tentáculos. A discriminação estende-se ao preconceito com a aparência, nativismo, idade, peso/tamanho, religião, deficiência, homofobia, social, sexismo e racismo. No fundo, é impossível destacar qual dos tentáculos é mal menor. “Todas as discriminações constituem um desafio, porque não é aceitável que numa sociedade decente, democrática, existam discriminações, desigualdade de oportunidades, pessoas que pela sua identidade e pelo que são sejam postas à margem”, considera a deputada e ex-secretária de Estado para a Igualdade e Cidadania, Catarina Marcelino.



“Não se vive por decreto. Há a questão da mentalidade que é mais lenta e é por aí que ainda temos problemas no País. É necessário criar consciência, sistematizar a informação e recolher dados para conseguir modificar comportamentos.”

Pedro Neto (Diretor Executivo da Amnistia Internacional -Portugal)

De certa forma, os motivos pelos quais cada um discrimina são muito pessoais, culturais e educacionais. Mas Manuel Carlos Silva acredita que “para compreender e explicar a discriminação há que ter em conta a estrutura desigual da economia e da sociedade, as condições de vida dos diferentes grupos e, seguramente, as desigualdades sociais, as situações de fechamento social e/ou competição em torno de recursos e recompensas por parte de diversos grupos”.

Portugal: acolhedor, mas não tanto

No caso específico de Portugal há diferenças entre os tipos de discriminação que merecem realce por parte de Catarina Marcelino. Uma vez que “se, por um lado, a discriminação das mulheres na sociedade portuguesa tem tido uma evolução positiva, apesar de tudo o que

ainda há para fazer, por outro lado, a discriminação étnico-racial continua a existir de forma subvalorizada e pouco assumida”. Parece contraditória esta declaração, tendo em conta a forma como vulgarmente os portugueses definem o País, no entanto, Manuel Carlos Silva também não deixa o tópico sem explicação: “A afirmação de que os portugueses são abertos e acolhedores de imigrantes e/ou refugiados é muito benigna e auto-confortante mas não corresponde totalmente à verdade. Existem preconceitos e distâncias sociais, de resto mais frequentes e visíveis nos últimos tempos por efeito da crise e agravamento dos preconceitos, distâncias e até comportamentos xenófobos que não confirmam a tão propalada política exemplar de ‘integração’ em Portugal em relação aos ciganos e imigrantes”. Nesse capítulo, importa referir que no dia 21 de março se celebra o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, criado pela Organização das Nações



“É possível acabar com a discriminação em contexto coletivo e institucional, mas sei que qualquer sociedade, seja ela qual for, olha sempre para os outros a partir dos seus valores sociais e culturais. (...) É verdade que o que é diferente de nós nos assusta. E por isso é imperativo investir no conhecimento.”

Catarina Marcelino (Deputada)



Unidas, em memória do Massacre de Sharpeville. Neste mesmo dia, no ano de 1960, em Joanesburgo, na África do Sul, 20 mil pessoas protestavam contra a Lei do Passe, que obrigava a população negra a ter um cartão com os locais onde era permitida a sua circulação. Contudo, mesmo manifestando-se de forma pacífica, a polícia do regime de apartheid abriu fogo sobre a multidão desarmada, fazendo 69 mortos e 186 feridos. Volvidos quase 60 anos ainda tentam travar-se atos racistas.

“Estado dos Direitos Humanos no Mundo”

No relatório dado a conhecer em fevereiro passado pela Amnistia Internacional Portugal intitulado “Estado dos Direitos Humanos no Mundo”, que incide sobre o ano de 2017 e segue a lógica dos Direitos Humanos segundo a classificação das Nações Unidas, são revelados alguns indicadores que dão conta da situação de discriminação em Portugal.

Em agosto do ano passado saiu uma legislação que deu mais força à inclusão de pessoas com deficiência, mental e física,

mas também em abril o Governo patrocinou uma lei que veio trazer proteção às pessoas LGBTI que se traduz no fim da obrigatoriedade à avaliação psicológica que tinha de ser feita aquando de tratamento médico. Pedro Neto, Diretor Executivo da Amnistia Internacional Portugal, destaca também o caso em que “o Ministério Público acusou os polícias da esquadra da Amadora pela violência imposta aos habitantes da Cova da Moura, a maioria descendentes africanos. Este parece um episódio isolado, mas muito importante para que os jovens sintam que vivem num País justo e para que a esmagadora maioria dos agentes que são muito nobres no exercício da sua profissão não sejam vistos como aquela minoria que provavelmente cometeu um crime.”

Não obstante as boas notícias, Pedro Neto acrescenta que “não se vive por decreto. Há a questão da mentalidade que é mais lenta e é por aí que ainda temos problemas no País. É necessário criar consciência, sistematizar a informação e recolher dados para conseguir modificar comportamentos”.





“Para compreender e explicar a discriminação há que ter em conta a estrutura desigual da economia e da sociedade, as condições de vida dos diferentes grupos e, seguramente, as desigualdades sociais, as situações de fechamento social e/ou competição em torno de recursos e recompensas por parte de diversos grupos.”

Manuel Carlos Silva (Professor de Sociologia e Investigador)

Outra questão negativa, por exemplo, é a de que “existe discriminação no acesso à habitação no que diz respeito às classes mais baixas da sociedade e aos imigrantes”.

Silêncio e invisibilidade

“Um dos principais motivos da perpetuação da discriminação é o silêncio, a invisibilidade. Muitos comportamentos não chegam a ser denunciados porque são quotidianos, imbuídos naquilo a que nos habituámos a aceitar como sendo parte de uma cultura de alegados brandos costumes. Tudo isto é mantido com a cumplicidade dos agentes de implementação nas esferas da Educação e Saúde”, afirma Ana Cristina Santos. “Também a discriminação institucional contribui para o enraizamento dos comportamentos discriminatórios”, refere ainda a socióloga, como sendo um dos maiores obstáculos no combate à discriminação.

5 níveis numa escala do preconceito

Há ainda a escala de Allport, descrita pelo psicólogo Gordon Allport, em 1954, útil para medir o preconceito de uma sociedade. O nível 1, a Antilocução, apresenta-se de forma subtil com piadas sobre um grupo minoritário, ao estabelecer cenários para erupções mais sérias de preconceito. No nível 2 (Esquiva) o contacto entre o grupo minoritário é evitado, ao passo que o nível 3 é já a discriminação expressa, onde são negados oportunidades e serviços. Mais grave, o nível 4 diz respeito ao ataque físico e o máximo da escala, o grau 5, termina com o extermínio liquidando todo um grupo de pessoas, como aconteceu com os judeus na II Guerra Mundial.

Assumir é o primeiro passo para combater

Perante tudo isto, a questão que se coloca é: “Como acabar

com a discriminação?”. Catarina Marcelino é perentória: “É preciso assumir em primeiro lugar que existe discriminação social e institucional para podermos agir sobre o problema. No nosso País ela está, muitas vezes, associada a racismo e xenofobia. É preciso haver sensibilização, formação e educação. É possível acabar com a discriminação em contexto coletivo e institucional, mas sei que qualquer sociedade, seja ela qual for, olha sempre para os outros a partir dos seus valores sociais e culturais. Há sempre uma perspetiva etnocêntrica de partida. É verdade

que o que é diferente de nós nos assusta. E por isso é imperativo investir no conhecimento”

A esperança de que todas as pessoas, independentemente de onde pertençam ou aquilo que sejam, consigam ser aquilo que querem é um assunto que a todos diz respeito, porque mesmo que não sejamos agentes discriminatórios podemos sempre denunciá-los, contribuindo para que a igualdade se torne uma realidade praticada nos pormenores quotidianos. ●



“Um dos principais motivos da perpetuação da discriminação é o silêncio, a invisibilidade. Muitos comportamentos não chegam a ser denunciados porque são quotidianos, imbuídos naquilo a que nos habituámos a aceitar como sendo parte de uma cultura de alegados brandos costumes.”

Ana Cristina Santos (Socióloga e Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

